



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BURITI DO TOCANTINS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2018
CONTRATO Nº 019/2019

Contrato que entre si celebram o Fundo Municipal de Assistência Social de Buriti do Tocantins e a empresa Kleberon Corrêa de Sousa - ME, na forma a seguir:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BURITI DO TOCANTINS, doravante denominado apenas **CONTRATANTE**, pessoa jurídica de direito, órgão do Poder Executivo Municipal, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 14.739.198/0001-34**, situado na Rua Novo Horizonte, S/N, Centro, na cidade de Buriti do Tocantins, Estado do Tocantins, representada neste ato pela Senhora Gestora, a Senhora **ELIZAMAR ALVES DAS CHAGAS OLIVEIRA**, brasileira, casada, portadora do RG nº 70355 SSP-TO e inscrito no CPF sob o nº 370.417.461-00, residente e domiciliada na Rua José de Assis, nº 20, Buriti do Tocantins - TO, infra-assinado e a empresa **KLEBERSON CORREA DE SOUSA - ME**, pessoa jurídica, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 18.760.073/0001-47**, situada a Avenida Bernardo Sayão, nº 118, Centro - Rio dos Bois - TO, doravante denominado **CONTRATADO**, neste ato representada pelo seu sócio proprietário, o Senhor **KLEBERSON CORREA DE SOUSA**, brasileiro, capaz, solteiro, contador, portador do CPF: 949.296.291-87 e RG: 4854-0 CRC-TO, residente e domiciliado na Rua Dom Pedro II, nº 2125, Residencial Lívia, Bloco 04, Apt. 106 Lado B, Bacuri - Imperatriz - MA, adiante firmado, consoante os termos do instrumento de contrato que se integra a este ajuste como se nele estivesse transcrito.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº 084/2018, modalidade Tomada de Preços nº 011/2018, com proposta do licitante vencedor realizado nos termos da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais normas legais.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para prestação de assessoria, consultoria e gerência em licitações e contratos administrativos para atender as necessidades junto ao Fundo Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1 - A vigência da contratação será de 10 de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

2.2 - O contrato poderá a critério da administração, e justificada a prorrogação, e ainda demonstra à economicidade para o município, ter sua vigência prorrogada por iguais e sucessivos períodos nos termos do art. 57, inciso I e II da lei nº 8.666/93, mediante requerimento da empresa e autorização justificada e fundamentada do chefe do executivo municipal.



CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESPESA

3.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da unidade orçamentária a seguir:

MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Projeto Atividade: 08.244.0494.2.026 Elemento da Despesa: 3.3.90.39 Fonte da Despesa: 10.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1 - O valor global deste contrato é de **R\$ 10.080,00 (Dez mil e oitenta reais)**, sendo 12 (doze) parcelas iguais mensais de **R\$: 840,00 (Oitocentos e quarenta reais)**, após a comprovação dos serviços objeto deste, devidamente atestada pelo setor responsável.

4.2. - O pagamento referente a execução dos serviços será efetuado mediante emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada quanto a execução dos serviços, mediante apresentação do certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF, e Prova de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, e prova de inexistência de débitos trabalhistas;

4.3 - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das cláusulas de que se compõe este Contrato, atrasos, não cumprimento quanto à qualidade, defeito, e outros pertinentes a execução do Contrato, garantida a prévia defesa, ficará a contratada sujeita as seguintes penalidades:

5.1.2 - Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso na entrega, ou por não atendido, em desacordo com as especificações até 10 (dez) dias após o vencimento do prazo para o início dos serviços;

5.1.3 - Suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública Municipal por prazo, não superior a 02 (dois) anos, que será fixado pelo Ordenador de Despesa, a depender da falta cometida;

5.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurem os motivos determinantes da penalidade, ou até que seja promovida sua reabilitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

6.1 São obrigações do contratante:

6.1.1 Disponibilizar local para a realização dos serviços e organização de todos os documentos físicos do setor;

6.1.2 Realizar o pagamento pela prestação dos serviços nos moldes decorrentes da contratação;

6.1.3 Exigir do contratado as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato;



6.1.4 Arcar com todas as despesas de execução dos serviços e demais despesas necessárias à boa condução dos serviços, inclusive, alimentação, combustível e hospedagem quando os serviços forem realizados fora do município.

6.2 - São obrigações do Contratado:

6.2.1 Executar os serviços com inteira responsabilidade e em consonância com as exigências do Tribunal de Contas do estado do Tocantins, Tribunal de Contas da União e de Controladoria Geral da União, e ainda em todo e qualquer regulamento atinente ao objeto da prestação de serviços;

6.2.2 Iniciar os serviços dentro do prazo estabelecido na ordem de serviços;

6.2.3 Arcar com os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou outras de qualquer natureza dos funcionários que estejam sobre sua responsabilidade;

6.2.4 Prestar todos os serviços, respeitando os prazos estipulados pelo município e órgão de controle;

6.2.5 Executar os serviços observando a legislação vigente, sob pena de responsabilidade;

6.2.6 Disponibilizar os processos administrativos referente a licitações e contratos administrativos no portal da transparência do município e o portal do SICAP-LO do Tribunal de Contas da União;

6.2.7 Permitir livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores da CONTRATANTE e aos órgãos de controle interno e externo, sempre que seja julgado necessário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESTRIÇÕES

7.1 - Os dados coletados não serão alvo de divulgação a terceiros, estranho ao vínculo obrigacional, constituindo penalidade contratual e penal a sua divulgação.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 - Os serviços ora contratados não poderão, ser subcontratados ou cedidos, a qualquer título e ou pretexto que seja.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, caso ocorra o descumprimento das cláusulas por este instrumento firmado, ou ainda pela ocorrência de qualquer dos motivos enumerados nos artigos 78 a 80 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2 - A contratante se reserve ao direito de a qualquer momento, caso lhe interesse rescindir o presente contrato, sem que a ela caiba qualquer tipo de indenização, salvo pagamento dos serviços já efetivamente realizados, mediante simples notificação extrajudicial à contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



10.1- O contrato objeto deste certame, não será objeto de reajuste de sua remuneração, salvo a incidência do disposto no art. 65, inciso II, alínea "b", da lei nº 8.666/93.

10.2- O contratado fica sujeito, as alterações contratuais previstas no disposto do art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

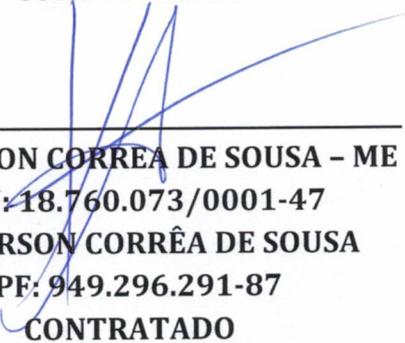
11.1- Fica eleito o foro da Comarca de Araguatins, Estado do Tocantins, em relação a qualquer outro para dirimir as dúvidas, casos omissos e outros que porventura surjam durante a vigência do presente contrato e depois de esgotadas todas as vias administrativas.

11.2 E por estarem de comum acordo e contratados, assinam este instrumento firmado em 03 (três), vias teor e forma na presença de duas testemunhas que também assinam.

Buriti do Tocantins - TO, 10 de janeiro de 2019.



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ELIZAMAR ALVES DAS CHAGAS OLIVEIRA
GESTORA DO FMAS
CONTRATANTE



KLEBERSON CORRÊA DE SOUSA - ME
CNPJ: 18.760.073/0001-47
KLEBERSON CORRÊA DE SOUSA
CPF: 949.296.291-87
CONTRATADO

TESTEMUNHA:

NOME: Rebecca Lorraine de Souza e Almeida Soares
CPF: 049.932.611-36

TESTEMUNHA:

NOME: Simone Ferreira da Silva
CPF: 005.412.661-44